

Vinte anos de economia brasileira

Nelson Marconi

Professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV/EESP)

A recente publicação das Contas Nacionais para o período 2010-2013, incluindo a revisão da série a partir de 2000, das Contas Trimestrais a partir de 1995 e da Tabela de Recursos e Usos de 2014, todas tendo como referência a mesma metodologia e base (2010), possibilita uma análise do comportamento da economia brasileira nos últimos 20 anos que coincidem com o período pós Plano Real. Para isso estruturei a tabela ao lado, agregando informações das fontes citadas sobre a composição da demanda agregada. Foram utilizados os dados a preços constantes, visando isolar o efeito das mudanças de preços relativos sobre a composição dos gastos. Os períodos foram definidos de acordo com os ciclos ou mudanças de políticas que vivenciamos, e anos de ajuste como 2003 e 2015 foram isolados, assim como o biênio 2009-2010, que apresenta amplas flutuações em sentidos opostos.

Os números evidenciam algo que já sabemos: a partir de 2009 o consumo privado foi o carro-chefe da estratégia malsucedida de crescimento adotada na economia brasileira. Um argumento bastante usual daqueles que a defendem está baseado na expansão dos investimentos (formação bruta de capital fixo, FBKF) que também ocorreu no período, que teria gerado um ciclo de crescimento abortado pela redução das despesas públicas. Essa análise encobre um fato importante:

o IBGE passou a considerar no cálculo da FBKF, seguindo padrões internacionais, despesas antes não consideradas como *software*, pesquisa e desenvolvimento, equipamentos bélicos e a avaliação de recursos minerais. Para o período entre 2010 a 2013 as informações sobre a FBKF sob a nova metodologia foram divulgadas de forma mais desagregada, mostrando que o investimento não residencial correspondeu a 16,4% do PIB em 2010 e 2011, a 16,3% em 2012 e a 16,1% do PIB em 2013 (em valores correntes, pois o dado a preços constantes não foi disponibilizado). Portanto, a alta na FBKF não é explicada por uma ampliação da capacidade produtiva decorrente da estratégia de ampliação do consumo, mas da elevação das despesas com construções direcionadas à habitação!

E porque essa estratégia não foi bem-sucedida? Os dados mostram que houve uma significativa ampliação das importações a partir do biênio 2009-2010 em relação aos períodos anteriores. Se o consumo tivesse sido atendido fundamentalmente por produção interna, a estratégia adotada poderia ter resultado em elevação dos investimentos. Mas como as importações atenderam boa parte desse crescimento do mercado (ao que se intitula vazamento da demanda), não houve uma correspondente ampliação da capacidade produtiva. Com a taxa de câmbio valorizada, esse era o

único resultado que poderia ser esperado para tal estratégia.

Observando o período mais longo, desde o início da série, nota-se que entre 1995 e 2002 a composição da demanda agregada permaneceu relativamente estável, mas já demonstrando um avanço na participação das exportações, com uma melhoria na balança comercial de bens e serviços pós 1999, possivelmente devido à desvalorização da moeda observada naquele ano. Posteriormente houve o ajuste e o quinquênio 2004-2008 registrou o maior crescimento do PIB desde o Plano Real, quando ocorreu um significativo avanço da participação das exportações e importações no PIB em relação ao intervalo 1999-2002. A absorção doméstica (consumo somado de investimentos e gastos do governo) resultou menor que o total de bens produzidos e assim o país registrou um superávit nas transações de bens e serviços com o exterior, o único em todo o período (sem considerar 2003, um ano de ajuste). O *boom* das *commodities* foi fundamental, mas as exportações de manufaturados também cresceram. O comportamento das vendas externas abriu espaço para a elevação das importações sem que incorrêssemos em um desequilíbrio das contas externas ou, dito de outra forma, propiciou o atendimento da demanda interna sem a necessidade de gerar endividamento.

Composição da demanda agregada na economia brasileira – 1995 a 2015

Em % do PIB - calculado a partir de valores a preços constantes*

	1995-1998	1999-2002	2003	2004-2008	2009-2010	2011-2014	2015.III **
Despesa de consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	63,6	63,8	62,1	62,3	66,0	67,0	66,2
Despesa de consumo do governo	19,4	19,1	19,2	18,4	17,9	17,3	17,7
Formação bruta de capital fixo	19,8	18,1	16,6	17,8	20,0	21,3	18,9
Exportação de bens e serviços	8,4	10,5	12,4	14,1	12,8	12,9	13,8
Importação de bens e serviços (-)	13,1	11,9	10,5	13,2	16,8	19,8	18,1
Absorção doméstica	102,8	101,0	97,9	98,5	104,0	105,6	102,8
Saldo em transações de bens e serviços com o exterior	-4,7	-1,4	1,9	0,9	-4,0	-6,9	-4,3
Taxa média de crescimento do PIB (em %)	2,5	2,3	1,1	4,8	3,7	2,5	0,7

*Os percentuais não somam 100 porque os deflatores não são os mesmos para os diversos grupos de despesas. **Acumulado jan-set.

Fontes: Contas Nacionais e Trimestrais do IBGE, com cálculos do autor.

mento externo (ou captar, em termos líquidos, poupança externa).

Muitos economistas argumentam que essa elevação da participação das importações no PIB foi benéfica pois teria reduzido o atraso tecnológico e a ineficiência de nosso parque produtivo. É verdade que o nosso coeficiente de exportações e importações é baixo e esse é um dos desequilíbrios estruturais que vivenciamos. Buscar a elevação desses coeficientes deve integrar qualquer estratégia de crescimento no estágio atual da economia brasileira. Entretanto, o que observamos a partir de 2009 foi uma expansão muito rápida do coeficiente de importações, que variou 50% na comparação entre os períodos 2011-2014 e 2004-2008; mesmo partindo de um patamar reduzido, uma variação tão abrupta e relevante contribui para desestruturar o tecido produtivo da economia. Mais que isso, o coeficiente de exportações caiu em relação ao observado no quinquênio 2004-2008, o que inviabilizou a abertura via importações. Em português claro, atender a uma parte do

mercado doméstico com importações não é um problema, é até desejável, mas desde que simultaneamente a produção interna atenda a uma parcela dos mercados externos. Abrir a economia apenas pelo lado das importações é um suicídio para a produção de bens comercializáveis em que não possuímos vantagens comparativas (manufaturados) e para nossa estrutura produtiva.

Surpreendentemente, observa-se uma queda da participação da despesa de consumo do governo no PIB ao longo do período. Como outras séries mostram uma evolução positiva para essa relação, é provável que essa queda se explique pelo comportamento do deflator dessas despesas, mais elevado que o deflator médio do PIB (pois nos dados a preços correntes o comportamento do consumo do governo é distinto). Esse fato reforça a hipótese de que a média dos preços dos bens e serviços adquiridos pelo setor público subiu mais que a média agregada de preços da economia nos últimos anos, e que

há espaço para redução de custos e renegociação de contratos firmados pela administração pública.

O cenário do período 2004-2008 tem muito a nos ensinar sobre estratégias de desenvolvimento. O país cresceu expandindo exportações e importações e gerou um pequeno superávit no saldo comercial de bens e serviços. A recuperação dos investimentos não ocorreu na magnitude desejada, pois a taxa de juros situava-se num patamar elevado nesse período (a Taxa Selic média no quinquênio atingiu 15,1%, para uma inflação, IPCA, anual média de 5,4%). Esse foi um entrave importante para alcançarmos uma taxa de crescimento compatível com a de outros países em desenvolvimento no período. Por fim, o comportamento do PIB na atual década confirma que não podemos, como fizemos, utilizar a taxa de câmbio como instrumento para controlar a inflação e redistribuir a renda, mas sim para estimular a sofisticação de sua estrutura produtiva. ■